

V COMPETIÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MOOT COURT COMPETITION 2015

Caso nº 042114/RLJ/0415 – Corte Interamericana de Direitos Humanos

***Comunidade Rural de Candela*** (demandante)

**Vs.**

***Federação da Clonalia*** (demandado)

Memorial em representação à Federação da Clonalia

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>CADH</b>	Convenção Americana de Direitos Humanos
<b>CCA</b>	ONG Internacional Climate Change Action
<b>CDB</b>	Convenção da Diversidade Biológica
<b>CEDAW</b>	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres
<b>CIDH</b>	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
<b>CNE</b>	Comitê Nacional de Especialistas
<b>Corte IDH</b>	Corte Interamericana de Direitos Humanos
<b>Corte EDH</b>	Corte Europeia de Direitos Humanos
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>G2C2</b>	Grupo de Mudanças Climáticas Globais das Nações Unidas
<b>GHG</b>	Gases de Efeito Estufa
<b>JCFAMC</b>	Comitê Conjunto de Assuntos Exteriores da República do Mali e da Federação da Clonalia
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores da Federação da Clonalia
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>SIDH</b>	Sistema Interamericano de Direitos Humanos

# ÍNDICE

## I ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS

<b>1 Documentos Legais .....</b>	<b>4</b>
<b>2 Precedentes judiciais .....</b>	<b>4</b>

## II COMUNIDADE RURAL DE CANDELA VS. FEDERAÇÃO DA CLONALIA

<b>1 Fatos .....</b>	<b>10</b>
<b>2 Exceções Preliminares ao Mérito .....</b>	<b>13</b>
2.1 Incompetência <i>ratione materiae</i> .....	14
2.2 Não esgotamento dos recursos internos .....	15
2.3 Proibição da “Fórmula da Quarta Instância” .....	17
<b>3 Mérito .....</b>	<b>18</b>
3.1 Da não violação ao artigo 5º da CADH .....	18
3.2 Da não violação ao artigo 7º da CADH .....	21
3.3 Da não violação ao artigo 8º da CADH .....	23
3.4 Da não violação ao artigo 13 da CADH .....	25
3.5 Da não violação ao artigo 21 da CADH .....	28
3.6 Da não violação do artigo 22 da CADH .....	29
3.7 Da não violação do artigo 26 da CADH .....	31
3.8 Da não violação ao artigo 11 do Protocolo de San Salvador.....	33

<b>III CONCLUSÃO E PEDIDOS .....</b>	<b>34</b>
--------------------------------------	-----------

# I ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS

## 1 Documentos Legais

Conselho Permanente da OEA/Organização dos Estados Americanos. Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos. Resumo do documento apresentado por Dinah Shelton. *Direitos humanos e meio ambiente*. 4 abril 2002.

Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas famílias. Artigo 16º, inciso 7, alinha a.

Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, Art. 1-A.

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, artigo XXVII.

Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Cap. II, art. 6-A (ii).

ONU. IPCC. Disponível em < <http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/temos-de-desistir-de-um-terco-do-petroleo-e-80-do-carvao-para-salvar-o-planeta-1681567>> acessado em 01/02/2015.

Protocolo adicional de 1967, Art 1º, Par. 2º.

Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. ONU. OSCE.CADHP. *Declaração Conjunta Sobre Universalidade E O Direito À Liberdade De Expressão*. Recomendações aos Estados, l.d. 6 de maio de 2014

UNESCO. The Precautionary Principle: 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001395/139578e.pdf>> acessado em 01/02/2015.

União Europeia. *Convenção sobre o Acesso à Informação, a Participação do Público na Tomada de Decisões e o Acesso à Justiça no Domínio do Ambiente* (1998, Aarhus). Art.4º, inciso 4, alinha b.

## 2 Precedentes judiciais

CIDH. *Caso Corumbiará Vs. Brasil*. Caso 11.556, Informe N° 77/98. 25 de setembro de 1988, par.13.

CIDH Informe n° 39/96, Caso 11.673, *Caso Santiago Marioni vs Argentina*, 15 de outubro de 1996.Par. 51.

CIDH Informe N° 103/06, *Caso José Luís Valdéz Pineda vs. México*. 21 de outubro de 2006. Par. 37.

CIDH Informe 87/98, *Caso 11.216, Caso Oscar Vila-Mazot*, Venezuela, 12 de outubro de 1998, par. 17.

CIDH. Informe 29/88. *Caso 9260, Clifton Wright vs. Jamaica*. 14 de setembro de 1988. Par. 51.

CIDH Informe N° 103/06. Petição 162/04. Caso *José Luís Valdéz Pineda vs. México*. 21 de outubro de 2006. Par. 39.

CIDH. Informe No. 76/09. Petição 1473-06. *Caso Comunidade de La Oroya vs. Peru*. Informe de 5 de agosto de 2009. Par.54.

CIDH. Informe N° 60/01, Caso 9.111, Ileana del Rosario Solares Castillo, María Ana López Rodríguez, Luz Leticia Hernández, Guatemala, 4 de abril de 2001. Par.23.

CIDH. Informe No. 72/03. Caso 12.150 *Gabriel Santillan Vs. Argentina*. 22 de outubro de 2003. Par.46.

CIDH. Opinião Consultiva. OC-6/86, *supra* nota 86. Par. 26-29.

CIDH. Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de 2001. Capítulo VI. Estudos especiais. *Terceiro Relatório de Progresso da Relatoria sobre Trabalhadores Migratórios e Membros de suas Famílias no Hemisfério*. 16 Abril 2001. Par. 60.

CIDH. Relatório N° 51/01, Op. cit, par. 211.

CIDH. *El asilo y su relación con crímenes internacionales* . 20 de outubro de 2000.

Corte EDH. *Caso Abdulaziz, Cabales e Balkandali vs. Reino Unido*. Sentença de 28 maio 1985.

Corte EDH. *Caso Ana Maria Guerra e outros vs. Itália*. Sentença de 19 de fevereiro de 1998, procs. 116/1996/735/932.

Corte EDH. *Caso Guerra e outros vs. Itália*. Julgamento em 19.02.1998. Grand Chamber. Opinião concorrente do juiz Walsh. p. 22,par. 2.

Corte EDH. *Caso Galliani vs Romenia*. Sentença 10 de junho de 2008. N 69273/01. Par. 44.

Corte EDH. *Caso Hirsi Jamaa e outros vs. Itália*. Sentença de 23 fevereiro 2012, par. 113.

Corte EDH. *Case of Allard. Vs. Sweden*. Sentença de 24 Setembro de 2003.par. 45.

Corte EDH. *Case of Valova, Slezak and Slezak v. Slovakia*.Sentença de 1 de junho de 2004. par. 46.

Corte EDH. *Case of Brumarescu Vs. România*.Sentença de 28 de outubro de 1999. par. 78.

Corte IDH. *Caso Acevedo Buendía y otros ("Cesantes y Jubilados de la Contraloría") Vs. Peru*. Sentença de 1 de julho de 2009. No. 198, Par. 102

Corte IDH. *Caso Las Palmeras vs. Colômbia*.Sentença de 04 de fevereiro de 2000.No. 67. Par. 34.

Corte IDH. *Caso Garibaldi vs. Brasil..* Sentença de 23 de setembro de 2009. No. 203. Par. 17.

Corte IDH. *Caso Manuel Cepeda Vargas vs. Colômbia..* Sentença de 26 de maio de 2010. No. 213. Par. 35.

Corte IDH. *OC-13/93* de 16 de julho de 1993. No. 13, par. 41. Corte IDH. Caso *González y otras (“Campo Algodonero”) Vs. México*. Nº 205 Sentença de 16 de novembro de 2009. Par. 35.

Corte IDH. *Caso Azulado Castro vs. Peru*. Sentencia de 22 de setembro de 2009. nº. 202, voto razoado do juiz Sergio García Ramirez. Par. 6.

Corte IDH. *Caso González y otras Vs. México*. Sentença de 16 de novembro de 2009. No. 205. Par. 36.

Corte IDH. *Caso Fairén Garbi y Solís Corrales Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. Par. 84.

Corte IDH. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras..* Sentença de 29 de julho de 1988. No. 4. Par. 61

Corte IDH. *Caso Perozo e outros Vs. Venezuela*. Sentença de 28 de janeiro de 2009. No. 195. Par.64.

Corte IDH *Caso Cabrera García e Montiel Flores Vs. México*. Sentença de 26 de novembro de 2010. No 220. Par. 10.

Corte IDH. *Caso Cantos Vs. Argentina*. Sentença de 7 de setembro de 2001. No. 85. Par. 21.

Corte IDH. *Caso Benjamin e outros Vs. Trindade e Tobago*. Sentença de 1 de setembro de 2001. No. 81. Par. 70 e 73.

Corte IDH. *Caso Hilaire Vs. Trindade e Tobago*. Sentença de 1 de setembro de 2001. No. 80. Par. 78 e 81.

Corte IDH. *Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru*. Sentença de 24 de setembro de 1999. No. 54. Par. 36.

Corte IDH. *Caso Chocrón Chocrón Vs. Venezuela*. Sentença de 01 de julho de 2011. No. 227, par. 15.

Corte IDH. *Caso Fairén Garbi e Solís Corrales Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 2, par. 87.

Corte IDH. *Caso Godínez Cruz Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 3, par. 90.

Corte IDH. *Caso Gangaram Panday Vs. Suriname*. Sentença de 04 de dezembro de 1991. No. 12, par. 38.

Corte IDH. *Caso Fairén Garbi e Solís Corrales Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 2, par. 87.

Corte IDH. *Caso Godínez Cruz Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 3, par. 90.

Corte IDH. *Caso Gangaram Panday Vs. Suriname*. Sentença de 04 de dezembro de 1991. No. 12, par. 38.

Corte IDH. Solicitação de Revisão da Sentença de 29 de janeiro de 2007. Resolução da Corte n. 45.

Corte IDH. *Caso Genie Lacayo vs. Nicaragua*. Resolução de 13 de setembro de 1997.

Corte IDH. *Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”)*. Sentença de 24 de novembro de 2010. Par. 44.

Corte IDH. *Caso Genie Lacayo vs. Nicaragua*. Sentença de 29 de janeiro de 1997. No. 30, par. 94.

Corte IDH. *Caso Mémoli Vs. Argentina*. Sentença de 22 de agosto de 2013. No. 265. Par. 216

Corte IDH. *Caso "Instituto de Reeducción del Menor" Vs. Paraguai*. Sentença de 2 de setembro de 2004. No. 112, Par. 158.

Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez. Vs. Ecuador*. Sentença de 21 de novembro de 2007. No. 170, Par. 52.

Corte IDH. *Caso Mémoli Vs. Argentina*. Sentença de 22 de agosto de 2013. No. 265, Par. 216. *Caso Torres Millacura y otros Vs. Argentina*. Sentença de 26 de agosto de 2011. No. 229, Par.186.

Corte IDH. *Caso Loayza Tamayo Vs. Peru*. Sentença de 17 de setembro de 1997.Par. 57.

Corte IDH. *Caso Cabrera García y Montiel Flores Vs. México*. Sentença de 26 de novembro de 2010. No. 220, Par. 126.

Corte IDH. *Caso "Instituto de Reeducción del Menor" Vs. Paraguai*. Sentença de 2 de setembro de 2004. No. 112, Par. 158.

Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez. Vs. Ecuador*. Sentença de 21 de novembro de 2007. No. 170, Par. 52.

Corte IDH. *Caso Gangaram Panday vs. Suriname*.Sentença de 21 de janeiro de 1994. Nº 16, par. 47.

Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana*.Sentença de 24 de outubro de 2012. No. Par.126.

Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana*. Sentencia de 24 de outubro de 2012. Par.132.

Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Sentença de 23 de novembro de 2010. Serie C No. 218, Par.170.

Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Sentença de 23 de novembro de 2010. Serie C No. 218, Pár.146.

Corte IDH. *Caso Apitz Barbera y otros Vs. Venezuela*. Sentença de 5 de agosto de 2008. No. 182, Par. 55

Corte IDH. *Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile*. Sentença de 26 de setembro de 2006. No. 154, Par. 130.

Corte IDH. *Caso Herrera Ulloa*, supra nota 13.par. 169; e *Caso del Tribunal Constitucional*. Sentença de 31 de janeiro de 2001. No. 71, par. 77.

Corte IDH. *Caso 19 Comerciantes Vs. Colombia*. Sentença de 5 de julho de 2004. No. 109, Par. 189.

Corte IDH. *Caso Juan Humberto Sánchez*, supra nota 147, par. 120.

Corte IDH. *Caso Hilaire, Constantine e Benjamin e otros*, supra nota 150.

Corte IDH. *Caso Suárez Rosero*. Sentença de 12 de novembro de 1997. No. 35, par. 71.

Corte IDH. *Caso Cantoral Benavides Vs. Peru*. Sentença de 18 de agosto de 2000. No. 69, Par. 112.

Corte IDH. *Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru*. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. No. 74, Par. 105.<sup>1</sup>

Corte IDH. *Caso Furlan y Familiares Vs. Argentina*. Sentença de 31 de agosto de 2012 .No. 246, Par. 228

Corte IDH. *Caso Apitz Barbera y otros vs. Venezuela*. Sentença de 5 de agosto de 2008. No. 182, Par. 50.

Corte IDH. *Caso Castillo Petruzzi y otros Vs. Peru*. Sentença de 30 de maio de 1999. No. 52, par. 129.

Corte IDH. *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua*. Sentença de 31 de agosto de 2001. No. 79, par. 112.

Corte IDH. *Caso López Álvarez vs. Honduras*. Voto Razoado do Juiz Sérgio García. Sentença de 1 de fevereiro de 2006. No. 141, par. 32.

Corte IDH. *Caso Herrera Ulloa vs. Costa Rica*. Sentença de 2 de julho de 2004 Par. 54

Corte IDH. *Caso Ricardo Canese vs. Paraguai*. Sentença de 31 de agosto de 2004. Par. 95.

Corte IDH. *Caso Palamara Iribarne vs. Chile*. Sentença de 22 de novembro de 2005. Par. 79.

Corte IDH. *Caso Tristán Donoso vs. Panamá*. Sentença de 27 de janeiro de 2009. Par. 110.

Corte IDH. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentença de 19 de setembro de 2006. No. 151, Par. 89.

Corte IDH. *Caso Palamara Iribarne vs. Chile*. Sentença de 22 de novembro de 2005. par. 108.

Corte IDH. *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Sentença de 17 de junho de 2005. par. 145.

Corte IDH. *Caso Ivcher Bronstein vs. Peru*. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. par.128.

Corte IDH. *Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Julgamento em 17 de Junho de 2005, par. 118.

Corte IDH. *Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Sentença de 17 de Junho de 2005, par. 61.

Corte IDH. *Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Sentença em 17 de Junho de 2005, par.145.

Corte IDH. *Caso Caso Chaparro Álvarez y Lapo*. Julgamento em 17 de Junho de 2005, par.93.

Corte IDH. *Caso do Massacre do Povo Bello Vs. Colômbia*. Sentença de 31 de janeiro de 2006. No. 140, par. 111.

Corte IDH. *Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador*. Sentença de 27 de junho de 2012. Serie C No. 245, par. 37



Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Sentença de 23 de novembro de 2010. Par. 143.

Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana*. Sentença de 24 de outubro de 2012. No. 251, Par. 154

Corte IDH. *Caso Acevedo Buendía y otros Vs. Peru*. Sentença de 1 de julho de 2009. No. 198, Par. 105

Corte IDH. Opinião Consultiva OC-5/85, de 13 de novembro de 1985. Par. 70.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Caso Interhandel (*Suíça Vs. Estados Unidos da América*). Julgamento de 21 de março de 1959. Par. 25.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Ahmadou Sadio Diallo (*República da Guiné Vs. República Democrática do Congo*). Julgamento de 24 de maio de 2007. Par. 18.

## II COMUNIDADE RURAL DE CANDELA VS. FEDERAÇÃO DA CLONALIA

### 1 FATOS

1. Em 17 de dezembro de 2014, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) submeteu a esta Egrégia Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte ou Corte IDH) o caso da Comunidade Rural de Candela contra esta Federação da Clonalia, a qual se pronuncia por meio do presente memorial.
2. Em 10 de setembro de 2014, a organização não governamental (ONG) Climate Change Action (CCA) peticionou à CIDH contra o Estado da Clonalia, argumentando que este havia violado Direitos Humanos dos membros da Comunidade Rural de Candela. Segundo a petição, Clonalia teria violado os direitos e garantias judiciais das pessoas que solicitaram a situação de refugiados, definidos nos artigos 8, 22.7 e 22.8 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH); o artigo 13 da CADH, quando da não entrega da proposta do Comitê Nacional de Especialistas (CNE) sobre assuntos de migrações; e, os artigos 5, 7, 21 e 26 da CADH, conjuntamente com o artigo 11 do Protocolo de San Salvador, considerando-se que Clonalia teria falhado em agir diante de décadas de “fortes provas empíricas sobre as consequências climáticas das suas emissões de gases de efeito estufa”.
3. Em respeito às supostas alegações trazidas pelos peticionários, o Estado da Clonalia passa a tecer as seguintes considerações.
4. A Federação da Clonalia é um país que, com muito esforço, construiu uma economia rica e pujante, logrando, em 2011, descobrir em seu território a reserva de petróleo que foi chamada de *Square*, o que permitirá aumentar a produção em aproximadamente 4 a 12 milhões de barris por dia, a partir de 2016, propiciando uma transformação energética no País<sup>1</sup>. Tudo isto, como resultado do empenho deste País em busca de alternativas para seu crescimento.
5. As Ilhas do Marsili, nas quais se localiza a Comunidade Rural de Candela, faziam parte da Federação da Clonalia, até que em 1967, por decisão de seu povo, deflagraram plebiscito popular objetivando sua independência e consequente separação territorial e política da Clonalia, vindo a tornar-se um país independente e de república centralizada<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Caso Hipotético. Par. 44 e 45.

<sup>2</sup> Caso Hipotético. Par. 6º.

6. Por ocasião da independência da República do Marsili, já se tinha conhecimento de que ali existia clima determinado por duas estações, a das monções de verão (época mais fria do ano com poucas chuvas e ventos fortes) e a das monções de inverno (época de ventos mais violentos e fortes chuvas, representando uma estação úmida com condições climáticas complicadas)<sup>3</sup>. Tinha-se conhecimento, também, de que Marsili é o país com menor altura acima do nível do mar do mundo, considerando que a altura natural máxima de todo o território é de 2,3 metros<sup>4</sup>.

7. Ao mesmo tempo, a vegetação de Marsili já era desfavorável à agricultura e a importação de alimentos seria uma realidade, perfazendo cerca de 60% deles<sup>5</sup>. Além disso, nos últimos 10 anos, Marsili sofreu 47 (quarenta e sete) desastres naturais, abrangendo inundações em regiões costeiras, deslizamentos de terras em áreas urbanas, furacões, tufões e aumento na média histórica de chuvas<sup>6</sup>.

8. É fato que a população de Marsili vive na extrema pobreza<sup>7</sup>, bem como a situação de calamidade que se encontra é tão grave, que o número de habitantes no País reduziu dramaticamente nas últimas décadas, em torno de 50%. Em que pese o governo tenha investido em projetos de reconstrução e adaptação dos locais que sofreram desastres naturais, frequentemente, os planos de adaptações não são completados, além de ter havido cortes em investimentos públicos na educação, saúde e programas de moradia. Como se não bastasse, a despesa militar, a fim de assegurar a segurança da Ilha, devido aos constantes motins e revoltas vinculados com o deslocamento e a transferência para outras áreas, em decorrência das condições ambientais, aumentou também aproximadamente 3,6% por ano<sup>8</sup>. Circunstâncias que revelam os impactos da política interna de Marsilli sobre a vida de seus habitantes.

10. Estas condições ambientais adversas supostamente são causadas por um fenômeno climático, o qual em 1970 ficou em foco na comunidade internacional, que por isso identificou a necessidade de se ter um corpo científico que pudesse obter provas empíricas para decifrá-lo<sup>9</sup>.

11. Em resposta a isso foi criado o G2C2, grupo organizado pelas Nações Unidas com finalidade de fornecer avaliações científicas para a comunidade internacional, e no seu primeiro relatório, os cientistas

---

<sup>3</sup> Caso Hipotético. Par. 3º.

<sup>4</sup> Caso Hipotético. Par. 5º

<sup>5</sup> Caso Hipotético. Par. 23.

<sup>6</sup> Caso Hipotético. Par. 26.

<sup>7</sup> Caso Hipotético. Par. 7º.

<sup>8</sup> Caso Hipotético. Par. 24.

<sup>9</sup> Caso Hipotético. Par. 9º.

declararam que “as mudanças climáticas eram um fenômeno global, causado possivelmente por atividades antropogênicas”<sup>10</sup> e que as “variações climáticas isoladas, identificadas no Relatório, estavam gradualmente se transformando em transformações globais”<sup>11</sup>.

12. No último Relatório do G2C2 o que se chamou de “evidência científica” apresentou que vinha demonstrando “com uma certeza acima de 95%” que o fenômeno das mudanças climáticas está ocorrendo e sua causa principal é a atividade humana. Este estudo data de 2014<sup>12</sup>.

13. A Clonalia, mesmo diante dos estudos científicos inconclusivos, ao perceber o esforço da comunidade internacional em se precaver de possíveis futuros danos climáticos ao planeta, ratificou a Convenção Marco em 1995, em que se objetivava estabilizar a concentração de gases de efeito estufa (GHG) num nível que impedisse a interferência antropogênica grave com o sistema climático<sup>13</sup>, demonstrando, desta forma, seu empenho com os esforços globais de estabilização climática.

14. Ademais, a Federação da Clonalia ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1º de agosto de 1978 e aceitou a jurisdição contenciosa da Corte em 28 de junho de 1982. Do mesmo modo, assinou os diversos documentos internacionais, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1976), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW) (1981), Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1991), Convenção da Diversidade Biológica (1994), Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos na Área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Protocolo de San Salvador (1996), Declaração de Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1998), Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (1994), o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (2002), entre outros<sup>14</sup>.

15. Clonalia, além de contar com um Ministério de Meio Ambiente (MEC), que trata dos assuntos ambientais do País, comprometeu-se a colaborar com a causa ambiental a nível mundial<sup>15</sup>.

16. Não obstante sua boa vontade em colaborar com a comunidade internacional, Clonalia ainda vem colaborando com Marsili - mesmo diante de uma história de intempéries naturais anteriores ao fenômeno

---

<sup>10</sup> Caso Hipotético. Par. 11

<sup>11</sup> Caso Hipotético. Par.12.

<sup>12</sup> Caso Hipotético. Par. 16.

<sup>13</sup> Caso Hipotético. Par. 13.

<sup>14</sup> Caso Hipotético. Par. 71 e 72.

<sup>15</sup> Caso Hipotético. Par. 41.

natural supracitado - ao que montou um Comitê Conjunto de Assuntos Exteriores o JCFAMC. Este Comitê declarou que aproximadamente 67% dos migrantes provindos de Marsili, desde 1990, chegaram na Clonalia<sup>16</sup>.

17. Por conta dessa onda imigratória em outubro de 2013, 23 famílias da Comunidade Rural de Candela, a qual se localiza na área norte da ilha de Marsili, adentraram no Estado da Clonalia de forma ilegal. Após meses de permanência no território, estes migrantes apresentaram uma petição para reconhecimento do seu status como refugiados ambientais, porém o Ministério das Relações Exteriores (MRE) de Clonalia declarou que não consideraria a solicitação, pois os assuntos ambientais não podem e não devem ser misturados com as questões de migrações<sup>17</sup>, consoante os tratados internacionais sobre o tema que o Estado é signatário, em especial a Convenção sobre a Situação de Refugiados de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967. Perante tal situação, não restou outra alternativa ao Estado da Clonalia senão guiar-se pelas regras internacionais e internas e instaurar o competente procedimento administrativo de deportação.

18. Em solidariedade a situação de êxodo massivo que vem sofrendo a República do Marsili, o Estado da Clonalia através de seu Presidente, em 09 de maio de 2014, nomeou um Comitê Nacional de Especialistas (CNE) para apresentar uma proposta levando em conta os possíveis vínculos futuros entre assuntos de migrações, mudanças climáticas e degradação ambiental<sup>18</sup>.

19. Diante dos fatos expostos, é necessário reconhecer que a Federação da Clonalia não é responsável por qualquer violação de direitos humanos, tendo atuado sempre dentro das normas nacionais e internacionais vigentes, como passará a expor.

## **2 EXCEÇÕES PRELIMINARES AO MÉRITO**

20. Embora a Convenção e o Regulamento da Corte não minuciem o conceito de “exceção preliminar”, a Corte IDH afirmou, em sua jurisprudência, que por esse meio se questiona a admissibilidade de uma demanda ou a competência do Tribunal para conhecer de determinado caso ou de algum de seus aspectos, em razão da pessoa, da matéria, do tempo ou do lugar<sup>19</sup>. Destarte, um Estado acusado de violar a CADH pode exercer seu direito de defesa ante a CADH e a Corte, expondo a aplicabilidade de qualquer uma das disposições dos arts. 46

---

<sup>16</sup> Caso Hipotético. Par. 25.

<sup>17</sup> Caso Hipotético. Par 48 e 52.

<sup>18</sup> Caso Hipotético. Par. 56.

<sup>19</sup> Corte IDH. *Caso Las Palmeras vs. Colômbia*. Sentença de 04 de fevereiro de 2000. No. 67. Par. 34; *Caso Garibaldi vs. Brasil*.. Sentença de 23 de setembro de 2009. No. 203. Par. 17, e *Caso Manuel Cepeda Vargas vs. Colômbia*.. Sentença de 26 de maio de 2010. No. 213. Par. 35.

e 47 da CADH<sup>20</sup>. Assim, antes que se analise o mérito do presente caso contencioso, Clonalia vem apresentar suas exceções preliminares à admissibilidade.

## 2.1 INCOMPETÊNCIA *RATIONE MATERIAE* DA CORTE IDH.

21. O Estado da Clonalia contesta a competência *rationae materiae* da CIDH para julgar suposta violação do artigo 11 do Protocolo de San Salvador, que trata do direito ao meio ambiente sadio, postulada pelos membros da Comunidade Rural de Candela. Isto porque, o art. 11 deve ser objeto apenas para a realização da função consultiva da CIDH e Corte IDH, ou seja, pode ser estritamente alvo de estudo interpretativo, mas não é passível de ser justiciabilizado<sup>21</sup> como determinados artigos deste mesmo Protocolo e os da CADH.

22. O art. 19.6 do Protocolo sustenta esse entendimento ao determinar que o SIDH apenas poderá julgar petições individuais no seu âmbito contencioso se estas suscitarem violações dos direitos sindicais (art. 8) e do direito à educação (art. 13), não sendo incluído nesse rol o direito ao meio ambiente sadio (art.11)<sup>22</sup>. É obvio que o Estado de Clonalia não violou o direito ao meio ambiente sadio, porém caso o contexto fático provasse o contrário, ainda assim sua justiciabilidade, através da incitação desta Corte, seria injustificada ao levar em consideração que a sua exigibilidade ainda é restrita<sup>23</sup>.

23. Imprescindível frisar, o posicionamento desta Corte IDH no caso Campo Algodonero<sup>24</sup>, no qual foi suscitado o art. 62.3 da CADH que reconhece a relação de interdependência entre o reconhecimento da competência da Corte por meio de necessária declaração especial, ou convenção especial, dos Estados-partes. O Estado da Clonalia declarou sua aceitação à jurisdição contenciosa da Corte em casos que ocorra violação aos artigos da CADH e de certos artigos dispostos em outros documentos internacionais como o Protocolo de San Salvador, porém dentre estes não se encontra art. 11 supracitado, já que o próprio Protocolo assim dispõe. Assim, um posicionamento desta Egrégia Corte em sentido contrário estaria, certamente, violando os Princípios do Livre Consentimento, da Boa-Fé e do *Pacta Sunt Servanda*, reconhecidos universalmente e inerentes a todos os tratados, segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados<sup>25</sup>.

<sup>20</sup> Corte IDH. OC-13/93 de 16 de julho de 1993. No. 13, par. 41.

<sup>21</sup> Corte IDH. Caso *González y otras ("Campo Algodonero") Vs. México*. Sentença de 16 de novembro de 2009. Par. 35.

<sup>22</sup> CIDH. Informe No. 76/09. Petição 1473-06. *Caso Comunidad de La Oroya vs. Peru*. Informe de 5 de agosto de 2009. Par.54.

<sup>23</sup> Corte IDH. *Caso Azulado Castro vs. Peru*. Sentencia de 22 de setembro de 2009. nº. 202, voto razoado do juiz Sergio García Ramírez. Par. 6.

<sup>24</sup> Corte IDH. *Caso González y otras Vs. México*. Sentença de 16 de novembro de 2009. No. 205. Par. 36.

<sup>25</sup> Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, preâmbulo.

24. Ademais, com a Declaração de Estocolmo (Princípio 17) e a Declaração do Rio de Janeiro (Princípio 13) se impõe a criação de mecanismos administrativos e judiciais próprios para tratar do tema ambiental, razão pela qual o direito ao meio ambiente ganhou autonomia e se consolidou como um direito humano independente substantivo<sup>26</sup>. Logo, esta respeitável Corte estaria a vulnerar este entendimento se julgasse o disposto no artigo 11 do Protocolo de maneira reflexa, através da interpretação ampliativa da violação de outros direitos previstos na CADH, como o direito à vida e o direito à saúde, como pretendem os peticionantes.

25. Perante a não justiciabilidade do direito ao meio ambiente sadio, requer-se o acolhimento desta preliminar, declarando a incompetência desta Corte para julgar suposta violação ao art. 11 do Protocolo de San Salvador.

## 2.2 NÃO ESGOTAMENTO DOS RECURSOS INTERNOS

26. O requisito do prévio esgotamento dos recursos internos é condição *sine qua non* de admissibilidade de uma petição apresentada perante o SIDH, de acordo com os princípios de direito internacional reconhecidos por esta Egrégia Corte<sup>27</sup>. Ora, o sentido da norma sobre essa condição, ainda segundo o entendimento desta Corte IDH, é o de oportunizar ao Estado a busca de soluções internas e consensuais para situações conflituosas que possam vir a ser consideradas como violações, buscando soluções internas amistosas antes de se ver frente a um processo internacional<sup>28</sup>, visando garantir a soberania do próprio Estado<sup>29</sup>. Isto comprova o caráter subsidiário, coadjuvante e complementar do sistema de proteção internacional em relação ao sistema normativo interno<sup>30</sup>.

27. Neste contexto, os critérios de admissibilidade<sup>31</sup> do caso não foram corretamente avaliados. Em realidade, a CCA jamais demandou judicialmente o requerimento de refúgio ambiental para as 23 famílias<sup>32</sup>, vindo a surpreender o Estado da Clonalia com a apresentação do caso perante o SIDH. De tal forma que

---

<sup>26</sup> Conselho Permanente da OEA/Organização dos Estados Americanos. Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos. Resumo do documento apresentado pela professora Dinah Shelton. *Direitos humanos e meio ambiente*, 4 abril 2002.

<sup>27</sup> Corte IDH. Caso *Fairén Garbí y Solís Corrales Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. Par. 84.

<sup>28</sup> CIDH. Informe N° 60/01, Caso 9.111, Ileana del Rosario Solares Castillo, María Ana López Rodríguez, Luz Leticia Hernández, Guatemala, 4 de abril de 2001. Par.23.

<sup>29</sup> CIDH. *Gabriel Santillan Vs. Argentina*. Caso 12.159, Informe No. 72/03. 22 de outubro de 2003. Par.46; Corte Internacional de Justiça. Caso Interhandel (*Suíça Vs. Estados Unidos da América*). Julgamento de 21 de março de 1959. Par. 25 e Ahmadou Sadio Diallo (*República da Guiné Vs. República Democrática do Congo*). Julgamento de 24 de maio de 2007. Par. 18.

<sup>30</sup> Preâmbulo e Artigo 46 da CADH. OC-2/82 de 24 de setembro de 1982. No. 2. Par.31; *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Sentença de 29 de julho de 1988. No. 4. Par. 61; *Caso Perozo e outros Vs. Venezuela*. Sentença de 28 de janeiro de 2009. No. 195. Par.64, e *Caso Cabrera García e Montiel Flores Vs. México*. Sentença de 26 de novembro de 2010. No 220. Par. 10. Corte IDH. *Caso Cantos Vs. Argentina*. Sentença de 7 de setembro de 2001. No. 85. Par. 21; *Caso Benjamin e outros Vs. Trindade e Tobago*. Sentença de 1 de setembro de 2001. No. 81. Par. 70 e 73; *Caso Hilaire Vs. Trindade e Tobago*. Sentença de 1 de setembro de 2001. No. 80. Par. 78 e 81; *Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru*. Sentença de 24 de setembro de 1999. No. 54. Par. 36.

<sup>31</sup> Corte IDH. *Caso Chocrón Chocrón Vs. Venezuela*. Sentença de 01 de julho de 2011. No. 227, par. 15.

<sup>32</sup> Resposta à pergunta esclarecedora n° 10.

verifica-se o desrespeito as garantias procedimentais do direito de defesa relacionadas com as condições de admissibilidade das petições, previstas nos arts. 44 e 46 da CADH.

28. Segundo o entendimento da Corte, há a obrigatoriedade dos Estados oferecerem recursos adequados e efetivos para as vítimas<sup>33</sup>. Ora, as supostas vítimas tiveram amplo acesso aos recursos jurisdicionais, tendo, inclusive, engendrado pedido perante o MRE de Clonalia. Porém, se não vieram a utilizá-los de forma eficiente<sup>34</sup>, este Estado não possui responsabilidade alguma.

29. Clonalia, então, comportou-se de maneira atuante e não se absteve de avaliar nenhum recurso apresentado. Lembre-se que em 2011 a Suprema Corte de Clonalia se manifestou acerca da suposta crise ambiental<sup>35</sup>.

30. Tendo em mente que o Estado que alega o não esgotamento dos recursos internos deve, também, indicar quais recursos deveriam ter sido esgotados e provar a sua efetividade<sup>36</sup>, o Estado da Clonalia, seguindo o princípio do *onus probandi incumbit actoris*<sup>37</sup>, e indica que há a possibilidade das supostas vítimas recorrerem no âmbito interno, pois em 2014, a CCA apelou ao MRE da sua decisão de não considerar a solicitação para decidir sobre a situação de refugiados das 23 famílias da comunidade rural de Candela que estavam, naquela data, no território da Clonalia. O MRE, por sua vez, reconfirmou seu juízo reiterando o argumento que os assuntos ambientais não podem e não devem ser misturados com as questões de migrações, como os demandantes fizeram no pedido. De tal decisão, contudo, ainda caberia recurso à Suprema Corte de Clonalia<sup>38</sup>, já que o MRE decide em âmbito administrativo, enquanto a Suprema Corte, em âmbito judiciário. Todavia, não foi o que houve.

31. Pelo panorama exposto, tem-se que o Poder Judiciário, quando demandado, manifestou-se, não sendo, em momento algum, relapso ou negligente quanto às pretensões expostas pela Comunidade de Candela. Contudo, quando do indeferimento no âmbito administrativo, cabe recurso à Suprema Corte. Justamente neste

---

<sup>33</sup> Corte IDH. *Caso Fairén Garbi e Solís Corrales Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 2, par. 87; *Caso Godínez Cruz Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 3, par. 90; *Caso Gangaram Panday Vs. Suriname*. Sentença de 04 de dezembro de 1991. No. 12, par. 38.

<sup>34</sup> Resposta esclarecedora à pergunta de nº 10.

<sup>35</sup> “De acordo com o MEC, a relação entre mudanças climáticas e emissões de gases de efeito estufa, por si própria, não prova a iminência ou a presença real de qualquer risco para a saúde pública ou o bem-estar geral, devido a existência de concentrações destes gases. Como tal, o vínculo causal fica enfraquecido pela falta de evidência empírica e a intervenção ambiental do órgão não está provada como sendo requerida, senão como aleatória ou discricionária”.

<sup>36</sup> Corte IDH. *Caso Fairén Garbi e Solís Corrales Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 2, par. 87; *Caso Godínez Cruz Vs. Honduras*. Sentença de 26 de junho de 1987. No. 3, par. 90; *Caso Gangaram Panday Vs. Suriname*. Sentença de 04 de dezembro de 1991. No. 12, par. 38.

<sup>37</sup> CIDH. *Caso Corumbiará Vs. Brasil*. Caso 11.556, Informe Nº 77/98. 25 de setembro de 1988, par.13.

<sup>38</sup> Resposta esclarecedora à pergunta de nº 10.



ponto, a comunidade de Candela foi omissa e não demandou a jurisdição interna, não esgotando tais recursos. O que não se pode confundir, de maneira nenhuma, é sucesso na demanda com impossibilidade de recorrer ou ter acesso aos meios judiciais disponíveis. Neste caso, claramente, houve a primeira situação. E não a segunda.

32. Sendo assim, Clonalia requer que esta Corte exerça o controle de legalidade no *modus* em que o procedimento foi conduzido pela CIDH.

### 2.3 PROIBIÇÃO DA “FÓRMULA DA QUARTA INSTÂNCIA”

33. Supondo que este respeitável Tribunal considere que todos os recursos internos foram esgotados, ainda assim a demanda das supostas vítimas não deve ser aceita, pois este Estado ressalta a proibição da “fórmula da quarta instância”, a qual se sustenta na prerrogativa que a CIDH e a Corte IDH só podem, e inclusive devem, proceder na averiguação de leis nacionais, de decisões de tribunais nacionais e de atos e práticas administrativas caso estes sejam incompatíveis com a CADH<sup>39</sup>.

34. Nesse sentido, garante-se que o MRE, órgão do Estado da Clonalia, ao realizar o ato administrativo da deportação respeitou todas as disposições da Convenção, já que este procedimento é plenamente legal, levando em consideração a situação irregular dos migrantes de Candela.

35. Aduz ainda, que mesmo em face de supostos erros de fato ou de direito<sup>40</sup> nas decisões deste órgão administrativo do Estado da Clonalia, não cabe o agir desta Corte, mas sim dos órgãos domésticos do Estado<sup>41</sup>. Não se pode emitir juízo de valor sob as valorações, irregularidades e interpretações de normas processuais do direito interno<sup>42</sup>, sob pena de violar os Princípios da Complementariedade e Princípio da Soberania, os quais garantem a estabilidade do sistema Universal de Direitos Humanos, já que previnem o choque com o direito interno dos Estados-parte.

36. Tudo isso prova que a Corte IDH não tem natureza de Tribunal de Apelação ou de cassação<sup>43</sup>, como bem dispõe a CADH ao arguir que proteção internacional aos Direitos Humanos é de “natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos”<sup>44</sup>. Por isso, no caso *Clifton Wright vs. Jamaica*, firmou esse entendimento ao sustentar que “não é a função da Comissão

<sup>39</sup> OEA. Corte IDH. Solicitação de Revisão da Sentença de 29 de janeiro de 2007. Resolução da Corte n. 45. *Caso Genie Lacayo vs. Nicaragua*. Resolução de 13 de setembro de 1997.

<sup>40</sup> Corte IDH. *Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”)*. Sentença de 24 de novembro de 2010. Par. 44

<sup>41</sup> C.I.D.H. Informe n° 39/96, Caso 11.673, *Caso Santiago Marioni vs Argentina*, 15 de outubro de 1996. Par. 51.

<sup>42</sup> C.I.D.H. Informe N° 103/06, *Caso José Luís Valdéz Pineda vs. México*. 21 de outubro de 2006. Par. 37.

<sup>43</sup> C.I.D.H. Informe 87/98, *Caso 11.216, Oscar Vila-Mazot, Venezuela*, 12 de outubro de 1998, par. 17.

<sup>44</sup> Corte IDH. *Caso Genie Lacayo vs. Nicaragua*. Sentença de 29 de janeiro de 1997. No. 30, par. 94 e Convenção Americana de Direitos Humanos. São José da Costa Rica. 22 de novembro de 1969, preâmbulo.

Interamericana de Direitos Humanos, atuar como órgão quase-judicial de quarta instância e rever as decisões dos tribunais nacionais dos Estados-membros da OEA<sup>45</sup>”.

37. Portanto, considerando que esta respeitável Corte IDH não é uma 4ª instância e o fato que a mera insatisfação<sup>46</sup> dos membros da Comunidade Rural de Candela em relação à decisão sobre o seu pedido tomada em âmbito interno não ser justificativa suficiente para acionar o SIDH, o Estado da Clonalia requer que essa preliminar seja admitida, para que se possa discutir e se for o caso, revisar, tais decisões e atos administrativos em âmbito interno.

### **3 MÉRITO**

38. Por respeito às alegações das supostas vítimas, à atenção desta Honorável Corte, bem como à respeitável reputação internacional da Federação da Clonalia em matérias de direitos humanos, caso admitida a petição apresentada, Clonalia demonstrará, durante toda sua argumentação jurídica, a não violação dos direitos consagrados na CADH em prejuízo dos demandantes.

#### **3.1 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 5º DA CADH**

39. Em que pese à situação atual da Comunidade Rural de Candela e as dificuldades que tem vivenciado, embora a Federação da Clonalia seja solidária com os demandantes, é necessário demonstrar que jamais poderia ser responsabilizada pela violação à integridade pessoal dos membros da Comunidade.

40. Esta Corte entendeu no caso *Mémoli Vs Argentina* que para haver nexos causal não basta sustentá-los de forma abstrata, deve-se demonstrar o nexo causal entre os fatos e a responsabilização da parte<sup>47</sup>. Portanto, não há nexo de causalidade entre as “provas científicas” levantadas pela CCA e a atuação direta de Clonalia em colaborar com o “provado cientificamente”.

41. Nos últimos 10 anos, Marsili sofreu 47 (quarenta e sete) desastres naturais, abrangendo inundações em regiões costeiras, deslizamentos de terras em áreas urbanas, furacões, tufões e aumento na média histórica de chuvas<sup>48</sup>. Ora, tais problemas são atividades eminentemente naturais, sem vínculo com a atividade humana. Estes são fatores que podem ter gerado a suposta crise ambiental alegada pela Comunidade Rural de Candela.

---

<sup>45</sup> C.I.D.H.29/88. *Caso 9260, Clifton Wright vs. Jamaica*. 14 de setembro de 1988. Par. 51.

<sup>46</sup> C.I.D.H Informe N° 103/06. Petição 162/04. *Caso José Luís Valdéz Pineda vs. México*. 21 de outubro de 2006. Par. 39.

<sup>47</sup> Corte IDH. *Caso Mémoli Vs. Argentina*. Sentença de 22 de agosto de 2013. Serie C No. 265. Par. 216

<sup>48</sup> Caso Hipotético, par.26.

42. No primeiro relatório entregue pelo G2C2, os cientistas declararam que “as mudanças climáticas eram um fenômeno global, causado possivelmente por atividades antropogênicas”<sup>49</sup>. No último Relatório do G2C2 o que se chamou de “evidência científica” apresentou que vinha demonstrando “com uma certeza acima de 95%” que o fenômeno das mudanças climáticas está ocorrendo e sua causa principal é a atividade humana. Este estudo data de 2014<sup>50</sup>, ou seja, mesmo após mais de 40 anos os estudos científicos não são conclusivos.

43. Ainda sobre o primeiro relatório do G2C2, consta “variações climáticas isoladas, identificadas no Relatório, estavam gradualmente se transformando em transformações globais”<sup>51</sup>. Nesta esteira, variações que estariam ocorrendo no Brasil ou na África poderiam estar influenciando as variações de Marsili. Então não há como se responsabilizar exclusivamente Clonalia por algo que não se provou que seja sua culpa. Não há exato e comprovado nexos causal entre as atividades antropogênicas ocorridas em Clonalia e as variações climáticas de Marsili. Foi neste sentido, aliás, que se posicionou a Corte Suprema de Clonalia: “De acordo com o MEC, a relação entre mudanças climáticas e emissões de gases de efeito estufa, por si própria, não prova a iminência ou presença real de qualquer risco para a saúde pública ou o bem-estar geral, devido a existência de concentrações destes gases. Como tal, *o vínculo causal fica enfraquecido pela falta de evidência empírica e a intervenção ambiental do órgão não está provada como sendo requerida, senão como aleatória ou discricionária*”<sup>52</sup>.

44. Caso haja a arguição do princípio internacional da precaução, quanto às atividades de Clonalia, que assevera que, quando as atividades humanas podem levar a danos moralmente inaceitáveis e cientificamente plausíveis, mas incertos, devem ser tomadas medidas para evitar ou diminuir esse prejuízo; vale frisar que, segundo documento da UNESCO<sup>53</sup>, os países têm liberdade para escolher os níveis de quais são seus danos aceitáveis e regularem os seus próprios balanços entre o princípio da precaução e outros riscos e princípios, visto que o contexto socioeconômico e as prioridades de cada país são diferentes. As circunstâncias locais podem justificar uma necessidade de atribuir conteúdo local ao princípio da precaução.

45. Portanto, a Federação da Clonalia tem liberdade para eleger os níveis aceitáveis de possíveis danos ao meio ambiente, ao que julga, através de um ato de soberania, que não vem agindo contra o meio ambiente, e, consequentemente, atingindo a integridade pessoal das supostas vítimas. Isto, pois as provas científicas geradas

---

<sup>49</sup> Caso Hipotético, par. 11.

<sup>50</sup> Caso Hipotético, par. 16.

<sup>51</sup> Caso Hipotético, par.12.

<sup>52</sup> Caso Hipotético, par. 39.

<sup>53</sup> UNESCO. The Precautionary Principle: 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001395/139578e.pdf>>.

até o momento não lhe são convincentes suficientemente para vislumbrar nexos causais em suas ações em específico e as mudanças climáticas que as supostas vítimas alegam ser de sua incumbência.

46. Todavia, Clonalia não está rechaçando que não estejam ocorrendo mudanças climáticas no contexto global. Razão pela qual vem se comprometendo perante a comunidade internacional, ratificando, por exemplo, a Convenção Sobre Mudanças Climáticas em 1995, em que se objetivava estabilizar a concentração de gases de efeito estufa (GHG) num nível que impedisse a interferência antropogênica grave com o sistema climático<sup>54</sup>.

47. Requer-se que esta Corte sequer analise o artigo invocado, por não haver nexos de causalidade entre tal artigo, os fatos do presente caso e a suposta responsabilização de Clonalia, conforme esta Corte já determinou nas sentenças de casos como *Mémoli Vs Argentina*, *García Pietro e outro Vs El Salvador* entre outros<sup>55</sup>.

48. De toda sorte, é necessário asseverar que a Federação da Clonalia em momento nenhum violou o art. 5º da CADH, pois tal dispositivo, condizente à integridade pessoal, relata que toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. Ora, em se tratando das famílias da comunidade de Candela, Clonalia considera que não foi desacatada nenhuma das dimensões trazidas no dispositivo de forma a afetar a corpulência ou personalidade das famílias. Pelo contrário, Clonalia sempre sustentou seus atos nos parâmetros da legislação internacional, buscando garantir existência digna para tais famílias<sup>56</sup>.

50. Segundo a jurisprudência desta Corte, infrações ao direito a integridade física e psíquica das pessoas abarcam desde tortura até outros tipos de vexames ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes, cujas sequelas físicas e psíquicas variam de intensidade segundo fatores endógenos e exógenos que devem ser demonstrados caso a caso<sup>57</sup>. Ademais<sup>58</sup>, a obrigação de garantir os direitos reconhecidos nos artigos 5.1 e 5.2 da CADH implica no dever do Estado investigar possíveis atos de tortura ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes.

51. Ante o exposto, em obediência ao que determinou esta Corte, nem haveria que se falar em violação do artigo 5º da CADH pelo Estado de Clonalia, visto que em momento algum Clonalia agiu cruelmente, desumanamente ou degradantemente contra as 23 famílias de Candela, mesmo sendo estas imigrantes em situação ilegal de seu território e, por conseguinte, desrespeitadoras de sua soberania.

---

<sup>54</sup> Caso Hipotético, par. 13.

<sup>55</sup> Corte IDH. *Caso Mémoli Vs. Argentina*. Sentença de 22 de agosto de 2013. No. 265, Par. 216. *Caso Torres Millacura y otros Vs. Argentina*. Sentença de 26 de agosto de 2011. No. 229, Par.186.

<sup>56</sup> Corte EDH. *Caso Guerra e outros vs. Itália*. Julgamento em 19.02.1998. Grand Chamber. Opinião concorrente do juiz Walsh. p. 22, par. 2.

<sup>57</sup> Corte IDH. *Caso Loayza Tamayo Vs. Peru*. Sentença de 17 de setembro de 1997. Par. 57.

<sup>58</sup> Corte IDH. *Caso Cabrera García y Montiel Flores Vs. México*. Sentença de 26 de novembro de 2010. No. 220, Par. 126

52. Avulta notar, que, ainda segundo o entendimento desta Corte<sup>59</sup>, o direito à integridade pessoal implica que o Estado deve procurar dar condições mínimas compatíveis com a dignidade humana para as pessoas que se encontram nos centros de detenção.

53. Em conformidade com o disposto na Convenção Americana, nenhum dos membros da Comunidade Rural de Candela foi submetido a torturas ou penas degradantes. Toda privação de liberdade decorreu de decisão do Ministério das Relações Exteriores de Clonalia, que respeitou o devido processo legal e o princípio da dignidade humana, e não agiu com violência ou desrespeito às famílias em nenhum momento.

54. Ante o panorama exposto, o Estado de Clonalia só consegue vislumbrar violação do art. 5º da CADH pela própria República de Marsili, terra mãe das 23 famílias imigrantes ilegais de Clonalia, visto que lá a integridade física, psíquica e moral dos seus habitantes ficam expostas a topografia desfavorável<sup>60</sup>, produção agrícola insuficiente<sup>61</sup>, constantes desastres naturais<sup>62</sup>, pobreza extrema<sup>63</sup> e ineficiência de políticas públicas<sup>64</sup>. Sendo assim, Clonalia até sugere que a CCA represente a violação deste artigo, não contra este Estado respeitador dos direitos humanos, que é Clonalia, mas sim contra a própria terra mãe das famílias de Candela, a República de Marsili.

### **3.2 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 7º DA CADH**

55. O Estado da Clonalia, sendo um país democrático por excelência, tem grande apreço pelo direito à liberdade, que segundo esta Corte “é o direito de toda pessoa de organizar, nos termos da lei, a sua vida individual e social conforme suas próprias escolhas e convicções”<sup>65</sup>, por isso afirma que não violou o art. 7º da CADH, mas sim seguiu todos suas diretrizes, o que fez com que todos os seus atos fossem legítimos.

56. Este Estado ao empreender a detenção de alguns membros da Comunidade Rural de Candela atendeu todas as exigências do SIDH, que por meio da CIDH considera que as razões para a privação de liberdade não se relacionam somente com a investigação e sanção de delitos, porém Estados detêm as pessoas com o propósito de controle do ingresso e residência de estrangeiros em seu território<sup>66</sup>. E esta privação de liberdade é

---

<sup>59</sup> Corte IDH. *Caso "Instituto de Reeducación del Menor" Vs. Paraguai*. Sentença de 2 de setembro de 2004. No. 112, Par. 158.

<sup>60</sup> Caso Hipotético. Par. 5º.

<sup>61</sup> Caso Hipotético. Par. 23.

<sup>62</sup> Caso Hipotético. Par. 26.

<sup>63</sup> Caso Hipotético. Par. 7º.

<sup>64</sup> Caso Hipotético. Par. 24.

<sup>65</sup> Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez y Lapo Ñíñez. Vs. Equador*. Sentença de 21 de novembro de 2007. No. 170, Par. 52.

<sup>66</sup> CIDH. Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos 2001. Capítulo VI. Estudos especiais. *Terceiro Relatório de Progresso da Relatoria sobre Trabalhadores Migratórios e Membros de suas Famílias no Hemisfério*. 16 Abril 2001. Par. 60.

legítima, desde que tenha uma base jurídica no direito interno, a qual deve ser compatível com todos os artigos da CADH.<sup>67</sup> Aduz ainda, que esta detenção legal deve ser efetuada de acordo com os procedimentos estabelecidos por leis preexistentes de acordo com as normas substanciais (aspecto material) e processuais (aspecto formal) de direito interno<sup>68</sup>. Sendo assim, “o direito interno deve ser justo e previsível e, portanto, não pode ser arbitrário”<sup>69</sup>.

57. Enfatiza-se, então, que a base jurídica de Clonalia a respeito do tema é totalmente de acordo com a Convenção, e todos os procedimentos estabelecidos por ela foram efetuados. Em prova disso, se atesta que a Lei interna de Clonalia sobre Migração e Asilo de nº 715 de 1989, diz que a apreensão é uma das partes do processo de deportação<sup>70</sup>, processo este que os que foram apreendidos estavam sofrendo, já que adentraram no país ilicitamente<sup>71</sup>. Assim, o art. 7.2 da CADH, o qual versa que a privação de liberdade física deve ocorrer baseada nas causas e condições previamente fixadas pelas leis de âmbito doméstico do Estado<sup>72</sup> foi obedecido de forma eficaz.

58. Em respeito novamente a CADH, mais especificamente ao seu art. 7.4, afirma-se que todos os envolvidos foram prontamente informados via imprensa sobre o mandado de prisão e a razão deste, qual seja a ordem de deportação<sup>73</sup>. Quer dizer, após os fatos terem sido analisados pelos órgãos internos e se ter decidido pela deportação dos demandantes, foi realizada a notificação pessoal desta para cada família<sup>74</sup> e foi informado amplamente, por meio da imprensa, informações do mandado de prisão, como bem recomenda esta Corte<sup>75</sup>. No mais, as autoridades diplomáticas<sup>76</sup> de Marsili tiveram acesso a informação supracitada, já que algumas famílias fugiram para a embaixada deste país.

59. E ainda, em total consonância com a CADH, se traz a tona a possibilidade de recorrer da decisão relativa à apreensão, primeiramente perante o MRE, o qual é o órgão competente para reavaliar a concessão sobre o status de refugiado e por consequência o processo de deportação e a sua etapa de privação de liberdade<sup>77</sup> ou, em

---

<sup>67</sup> Corte EDH. *Caso Galliani vs Romenia*. Sentença 10 de junho de 2008. N 69273/01. Par. 44.

<sup>68</sup> Corte IDH. *Caso Gangaram Panday vs. Suriname*. Sentença de 21 de janeiro de 1994. Nº 16, par. 47.

<sup>69</sup> Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório Nº 51/01, Op. cit, par. 211.

<sup>70</sup> Respostas esclarecedoras as perguntas nº 28 e 29.

<sup>71</sup> Caso Hipotético. Par. 47.

<sup>72</sup> Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana*. Sentença de 24 de outubro de 2012. No. Par.126.

<sup>73</sup> Caso Hipotético. Par. 53.

<sup>74</sup> Resposta esclarecedora a pergunta número 20.

<sup>75</sup> Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana*. Sentencia de 24 de outubro de 2012. Par.132.

<sup>76</sup> Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas famílias. Artigo 16º, inciso 7, alinha a.

<sup>77</sup> Resposta esclarecedora a pergunta número 29.

um momento posterior, a Suprema Corte da Federação da Clonalia<sup>78</sup>. Ressalta-se também, que a todos os detidos foi garantido o acesso a defensores públicos<sup>79</sup>. Desta forma, o art. 7.6 da CADH foi absolutamente atendido.

60. Portanto, o SIDH não considera a apreensão como um ato ilegal por si só, os Estados podem se utilizar deste instituto conforme necessário para atender a uma necessidade social imperiosa, resguardando a proporcionalidade<sup>80</sup>. Esta Corte já se posicionou nesse tocante, afirmando que os Estados têm a faculdade de controlar e regular o ingresso e permanência das pessoas estrangeiras em seu território, assim a “utilização de apreensões preventivas pode ser legítima para regular e controlar a migração irregular, assegurar o comparecimento da pessoa no processo migratório ou para garantir a aplicação de uma ordem de deportação”<sup>81</sup>.

61. Desta maneira, a detenção ou apreensão é um instituto jurídico legitimado em todos os Estados do Continente Americano, inclusive no Estado de Clonalia. Logo, o que os peticionários vislumbram é na verdade, anular sua apreensão que foi legítima, ou seja, quer que este Tribunal venha a revisar a decisão Estatal e não investigar violação ao art. 7 da CADH.

62. Sendo assim, o Estado da Clonalia por ter atendido todos os preceitos do art. 7º da Convenção no processo de detenção de determinados membros da Comunidade Rural de Candela, ratifica que não violou o direito a liberdade pessoal e solicita a esta egrégia Corte a desconsideração da alegação que este Estado violou o referido artigo.

### **3.3 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 8º DA CADH**

63. Segundo as alegações da ONG CCA, O Estado da Clonalia teria desrespeitado os direitos e garantias judiciais das pessoas que solicitaram a situação de refugiados, violando, assim, o art. 8º da CADH.

64. Segundo o entendimento da Corte, fazem parte das garantias judiciais a independência judicial, a imparcialidade judicial, o prazo razoável, a competência judicial, a oitiva dos demandantes e o juízo estabelecido com anterioridade pela lei.

65. Vejamos a seguir o que se trata cada um desses itens e, em seguida, como Clonalia respeitou cada um deles: a) independência judicial: segundo o caso *Apitz Barbera e outros vs. Venezuela*<sup>82</sup>, busca evitar que o

---

<sup>78</sup> Respostas esclarecedoras as perguntas número 10 e 12.

<sup>79</sup> Resposta esclarecedora a pergunta 40.

<sup>80</sup> Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Sentença de 23 de novembro de 2010. Serie C No. 218, Par.170.

<sup>81</sup> Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Sentença de 23 de novembro de 2010. Serie C No. 218, Pár.146.

<sup>82</sup> Corte IDH. *Caso Apitz Barbera y otros Vs. Venezuela*. Sentença de 5 de agosto de 2008. No. 182, Par. 55

poder judiciário tenha restrições indevidas no exercício de sua função por parte dos outros Poderes (Legislativo ou Executivo); b) imparcialidade judicial: segundo o caso *Almonacid Arellano e outros vs. Chile*<sup>83</sup>, é a garantia que o juízo de qualquer natureza seja imparcial e atue em conformidade ao procedimento legalmente previsto para o conhecimento e a resolução do caso que lhe fora submetido; c) prazo razoável: segundo o caso *Comerciantes vs. Colômbia*<sup>84</sup>, deve compreender todo o procedimento, incluindo os recursos de instância que puderam eventualmente apresentar-se; d) competência judicial: segundo o entendimento desta Corte<sup>85</sup>, é o direito que a pessoa tem de ser julgada por juiz ou tribunal competentes para julgar a natureza daquela demanda. Assim, se não se tratar de natureza militar, não há porque o juízo militar julgar aquela demanda; e) direito de ser ouvido: segundo o caso *Bueno Alves Vs. Argentina*<sup>86</sup>, é o direito que todas as pessoas têm de se pronunciar nos processos que determinem seus direitos; f) juiz estabelecido com anterioridade pela lei: segundo o caso *Apitz Barbera e outros Vs. Venezuela*<sup>87</sup>, é o direito que as pessoas têm de serem julgadas por tribunais de justiça ordinários com arranjos a procedimentos legalmente estabelecidos, razão pela qual o Estado não deve criar tribunais de exceção, ou seja, que não apliquem normas processuais previamente estabelecidas.

66. Avulta notar que o judiciário de Clonalia foi acionado pelo CCA em 2009, quando de ação judicial contra decisão do MEC, e em 2011, quando da ação de nulidade contra a mesma decisão do MEC. Tendo, nos dois casos, as ações sido rejeitadas. A Suprema Corte de Clonalia, inclusive, posicionou-se no sentido de que o sentido de tal processo judicial seria político e, portanto, sem real efeito legal<sup>88</sup>. Nesta esteira, não se pode confundir impedimento de acesso aos recursos internos com insucesso na demanda, que foi o caso.

67. Em 2014, mesmo com a possibilidade de recurso ao judiciário<sup>89</sup>, CCA manteve-se inerte. Portanto, mesmo que quisesse, não haveria como o judiciário de Clonalia se manifestar acerca de pedido diferente daquele da saga judicial de outrora.

---

<sup>83</sup> Corte IDH. *Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile*. Sentença de 26 de setembro de 2006. No. 154, Par. 130. *Caso Herrera Ulloa*, supra nota 13, par. 169; e *Caso del Tribunal Constitucional*. Sentença de 31 de janeiro de 2001. No. 71, par. 77.

<sup>84</sup> Corte IDH. *Caso 19 Comerciantes Vs. Colombia*. Sentença de 5 de julho de 2004. No. 109, Par. 189. *Caso Juan Humberto Sánchez*, supra nota 147, par. 120; *Caso Hilaire, Constantine e Benjamín e otros*, supra nota 150; e *Caso Suárez Rosero*. Sentença de 12 de novembro de 1997. No. 35, par. 71.

<sup>85</sup> Corte IDH. *Caso Cantoral Benavides Vs. Peru*. Sentença de 18 de agosto de 2000. No. 69, Par. 112. *Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru*. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. No. 74, Par. 105. Corte IDH. *Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru*. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. No. 74, Par. 112.

<sup>86</sup> Corte IDH. *Caso Furlan y Familiares Vs. Argentina*. Sentença de 31 de agosto de 2012. No. 246, Par. 228

<sup>87</sup> Corte IDH. *Caso Apitz Barbera y otros vs. Venezuela*. Sentença de 5 de agosto de 2008. No. 182, Par. 50. *Caso Castillo Petruzzi y otros Vs. Peru*. Sentença de 30 de maio de 1999. No. 52, par. 129, e Principio 5 dos Princípios Básicos das Nações Unidas, nota 59.

<sup>88</sup> Caso Hipotético, par. 38.

<sup>89</sup> Pelas rejeições das apelações interpostas perante o MRE, conforme resposta à pergunta esclarecedora nº 10.



68. Ante o exposto, a Federação da Clonalia cumpriu todos os requisitos acima expostos, segundo os precedentes deste egrégio tribunal, em respeito ao artigo 8º da CADH, visto que: todos os procedimentos seguiram o devido processo legal, respeitando a ampla defesa e o contraditório<sup>90</sup>; nenhum tribunal *ad hoc* foi composto para julgar qualquer demanda envolvendo a comunidade de Candela; havendo sempre juízes e tribunais competentes, independentes, imparciais, que deram direito de resposta e ouviram os demandantes, além de agirem sempre em prazos razoáveis<sup>91</sup>.

69. Ademais, não cabe dizer que houve “acusação” em qualquer delito que seja, visto que os pedidos foram relativos ao meio ambiente e, administrativamente, refúgio ambiental. Não há que se falar, portanto, de violação do art. 8.2. De qualquer jeito, avulta notar que a comunidade de Candela teve todos os meios de defesa disponíveis ao seu alcance, inclusive o disposto na letra “h” do art. 8º da CADH “direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior”. Contudo, se não logrou vitória da sua demanda ou, pior, se não o fez, este Estado isenta-se de responsabilização.

70. Destaca-se, ainda, que, em observância ao entendimento desta Corte<sup>92</sup>, não existem em Clonalia recursos meramente protelatórios e funcionalmente descabidos, que por si só violam o direito a um julgamento célere e efetivo.

### 3.4 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 13 DA CADH

71. A Federação da Clonalia corrobora o posicionamento desta honrosa Corte que o direito à liberdade de expressão é pedra angular do Estado Democrático de Direito e indispensável à formação da opinião pública<sup>93</sup> e que é dever do Estado garantir o acesso à informação, sob seu domínio, por meio de procedimentos de divulgação adequados e oficiais. Porém, é importante salientar que o art. 13 da CADH não é um direito absoluto, podendo estar sujeito a restrições<sup>94</sup>, pois ele se limita pelos direitos dos demais<sup>95</sup>, pela segurança nacional e pelas justas exigências do bem comum<sup>96</sup>.

---

<sup>90</sup> Conforme resposta esclarecedora à pergunta nº 03.

<sup>91</sup> A primeira ação judicial foi peticionada em 2009 e já em 2011 chegou a Suprema Corte de Clonalia, que, prontamente, posicionou-se. A segunda demanda judicial foi resolvida no mesmo ano, em 2012. Por fim, as demandas administrativas perante o MRE todas foram julgadas em lastro inferior a um ano, 2014.

<sup>92</sup> Corte IDH. *Caso López Álvarez vs. Honduras*. Voto Razoado do Juiz Sérgio García. Sentença de 1 de fevereiro de 2006. No. 141, par. 32.

<sup>93</sup> Corte IDH. Opinião Consultiva OC-5/85, de 13 de novembro de 1985. Par. 70.

<sup>94</sup> Corte IDH. *Caso Herrera Ulloa vs. Costa Rica*. Sentença de 2 de julho de 2004 Par. 54; *Caso Ricardo Canese vs. Paraguai*. Sentença de 31 de agosto de 2004. Par. 95; *Caso Palamara Iribarne vs. Chile*. Sentença de 22 de novembro de 2005. Par. 79; *Caso Tristán Donoso vs. Panamá*. Sentença de 27 de janeiro de 2009. Par. 110.

<sup>95</sup> Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, artigo XXVII.

<sup>96</sup> Convenção Americana sobre direitos humanos, art. 32.2.

72. Inclusive, esse Tribunal Internacional já se pronunciou sobre as restrições que se pode impor ao direito de “procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza”<sup>97</sup> através do caso *Claude Reyes e outros vs. Chile*, no qual afirmou que o direito exposto no art. 13 pode ser restringido, desde que atenda a alguns requisitos. Requisitos estes claramente presentes na situação em que o MRE, por motivo de segurança nacional, decidiu por adiar a divulgação da proposta que o Comitê Nacional de Especialistas de Clonalia formulou sobre os assuntos de migrações, mudanças climáticas e degradação ambiental<sup>98</sup>.

73. Em primeiro lugar, esta Corte exige que essa restrição esteja disposta previamente em lei, como forma de evitar que o Estado a invoque de forma arbitrária<sup>99</sup>. Nesse sentido, este Estado argui que a sua lei nacional lhe proporciona discricionariedade para não divulgar publicamente informações que envolvam a segurança nacional<sup>100</sup>. Por isso, já que a garantia da segurança nacional é a garantia da proteção de cada um e a proteção de todos, verifica-se, então, que a lei supracitada foi formulada por razões de interesse geral e em função do bem comum<sup>101</sup>, conforme esta egrégia Corte enfatiza que deve ser.

74. Importante anotar que a Teoria da Margem de Apreciação, entendimento consolidado no Direito Internacional, firma a discricionariedade como sendo legítima, já que é um recurso para que os Estados nacionais deem uma resposta apropriada de acordo com as especificidades da necessidade social em questão. A Declaração Conjunta sobre Universalidade e o Direito à Liberdade de Expressão corrobora com esse entendimento ao dizer: “Os Estados têm certo grau de flexibilidade, de acordo com o direito internacional, para decidir sobre a necessidade, e, em cada caso, o modo de restringir a liberdade de expressão com vistas a proteger objetivos legítimos, inclusive refletindo suas próprias tradições, culturas e valores”<sup>102</sup>.

75. Por conseguinte, se esclarece que a segurança nacional ficou ameaçada, pois foi gerada uma tensão política<sup>103</sup> entre o Estado da Clonalia e do Marsili, por conta da negativa deste primeiro em conceder asilo e status de refugiados às famílias da Comunidade Rural de Candela. Esta tensão foi explicitamente demonstrada

---

<sup>97</sup> Convenção Americana de Direitos Humanos. art. 13.1

<sup>98</sup> Caso Hipotético. Par. 58.

<sup>99</sup> Corte IDH. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentença de 19 de setembro de 2006. No. 151, Par. 89.

<sup>100</sup> Resposta esclarecedora à pergunta nº 7.

<sup>101</sup> Opinião Consultiva. OC-6/86, *supra* nota 86. Par. 26-29.

<sup>102</sup> Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. ONU. OSCE.CADHP. *Declaração Conjunta Sobre Universalidade E O Direito À Liberdade De Expressão*. Recomendações aos Estados, 1.d. 6 de maio de 2014

<sup>103</sup> Caso Hipotético. Par. 56.

após a declaração acusatória do Embaixador de Marsili<sup>104</sup>, na qual expressou seu descontentamento com a decisão do MRE e tentou imputar a este Estado responsabilidades que na verdade são da República do Marsili.

76. A partir do exposto, verifica-se que foi atendido o segundo requisito para restringir o acesso a proposta da CNE, que é exatamente o de basear a restrição a partir de um objetivo condizente com a CADH<sup>105</sup>. Nesse quesito, o artigo 13.2.b deste diploma normativo diz que o exercício do direito à liberdade de expressão pode ser restringido se isso for necessário para assegurar a proteção da segurança nacional, como bem foi demonstrado no caso em voga.

77. Além disso, esse Tribunal já determinou que caso se precise restringir o direito à liberdade de expressão diante da necessidade de se garantir um interesse público imperativo, se deve escolher, dentre as várias opções, aquela que restrinja em menor escala este direito<sup>106</sup>. E bem assim fez o Estado de Clonalia, ao conscientemente apenas adiar a divulgação da proposta em discussão, por motivos de riscos a Federação da Clonalia, ou seja, não foi negado o acesso à informação, mas sim postergado. Somando a este fato, frisa-se que Clonalia também realizou uma conferência de imprensa e forneceu conclusões gerais presentes no documento<sup>107</sup>. Logo, é claro o esforço deste Estado em prestigiar este direito, mesmo diante da ameaça não apenas da sua segurança nacional, mas também da sua integridade territorial, da população civil e da estabilidade social e diplomática do país.

78. Inclusive, esta Federação imbuída da temática ambiental, conhece a importância do efetivo acesso as informações que versam sobre o meio ambiente<sup>108</sup>, porém destaca que na Convenção sobre o Acesso à Informação, a Participação do Público na Tomada de Decisões e o Acesso à Justiça no Domínio do Ambiente é colocado que “um pedido de informação em matéria de meio ambiente pode ser recusado se a sua divulgação prejudicar: as relações internacionais, defesa nacional e segurança pública”<sup>109</sup>.

79. Cita-se também, o caso Anna Maria Guerra vs. Itália, o qual versava sobre direito à informação em matéria de direito ambiental, no qual a Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu que o direito a liberdade de expressão não pode ser entendida como uma imposição ao Estado de prestar obrigações positivas para coletar e

---

<sup>104</sup> Caso Hipotético Par. 55.

<sup>105</sup> Corte IDH. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentença de 19 de setembro de 2006. No. 151, Par. 90.

<sup>106</sup> Corte IDH. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentença de 19 de setembro de 2006. No. 151, Par. 91.

<sup>107</sup> Caso Hipotético. Par. 57.

<sup>108</sup> Diretiva do Conselho das Comunidades Europeias 90/313/EEC, 07/06/1990 *sobre a liberdade de acesso à informação ambiental; União Europeia*. Recomendação 1614 (2003) sobre meio ambiente e direitos humanos. ONU. *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (1992), notadamente o princípio 10.

<sup>109</sup> União Europeia. *Convenção sobre o Acesso à Informação, a Participação do Público na Tomada de Decisões e o Acesso à Justiça no Domínio do Ambiente* (1998, Aarhus). Art.4º, inciso 4, alinha b.

disseminar informações de si mesmo<sup>110</sup>. Isto posto, este Estado respalda seus atos, mais uma vez, em permissões legais de caráter internacional.

80. Finalmente, por todo o exposto a Federação da Clonalia solicita a esta egrégia Corte a desconsideração dos fundamentos dos peticionários sobre a violação do direito à liberdade de pensamento e expressão.

### 3.5 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 21 DA CADH

81. Acusa-se a Federação da Clonalia de ter violado o artigo 21 da CADH, que trata sobre o direito a propriedade privada e elenca que toda pessoa tem o direito ao uso e gozo de seus bens, tendo, a lei, o poder de subordinar esse uso e gozo ao interesse social. Assevera, ainda, que nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei.

82. Nesta esteira, tanto a Corte IDH quanto a Corte EDH vêm entendendo que o direito a propriedade não é um direito absoluto<sup>111</sup>. Contudo, há critérios<sup>112</sup> que os Estados devem obedecer para restringirem esse direito previsto na CADH. São eles: razões de utilidade pública ou de interesse social e concordância com parâmetros estabelecidos em lei.

83. O artigo 21 da CADH menciona que o direito à propriedade privada pode ser subordinado ao “interesse social”, dispõe a Corte IDH em sua Opinião Consultiva 6/86 que isso “significa que devem ser adotadas em função do *bem comum* (artigo 32.2 da CADH)”, ou seja, “deve ser interpretado como elemento integrante da ordem pública de um Estado democrático, cujo fim principal é a proteção dos direitos essenciais do homem e a criação de circunstâncias que permitam progredir espiritual e materialmente e alcançar a felicidade (considerando a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem)”<sup>113</sup>. Isto é, a restrição ao direito à propriedade, legalmente permitida, deve satisfazer “um interesse público imperativo”, que cumpra uma finalidade útil e oportuna<sup>114</sup>. Portanto, essa restrição somente pode ser autorizada quando o atendimento do critério “razões de utilidade pública e/ou interesse social” ocorrer de modo concreto e fundamentado, que o foi o que fez Clonalia,

<sup>110</sup> Corte EDH. *Caso Ana Maria Guerra e outros vs. Itália*. Sentença de 19 de fevereiro de 1998, procs. 116/1996/735/932.

<sup>111</sup> Corte IDH. *Caso Palamara Iribarne vs. Chile*. Sentença de 22 de novembro de 2005. par. 108; *Caso Comunidad Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Sentença de 17 de junho de 2005. par. 145; *Caso Ivcher Bronstein vs. Peru*. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. par. 128; Corte EDH. *Case of Allard. Vs. Sweden*. Sentença de 24 Setembro de 2003. par. 45; *Case of Valova, Slezak and Slezak v. Slovakia*. Sentença de 1 de junho de 2004. par. 46; *Case of Brumarescu Vs. România*. Sentença de 28 de outubro de 1999. par. 78.

<sup>112</sup> Corte IDH. *Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Julgamento em 17 de Junho de 2005, par. 118. Do original: “tanto la propiedad privada de los particulares como la propiedad comunitaria de los miembros de las comunidades indígenas tienen la protección convencional que les otorga el artículo 21 de la Convención Americana”.

<sup>113</sup> Corte IDH. *Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Sentença de 17 de Junho de 2005, par. 61.

<sup>114</sup> Corte IDH. *Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai*. Sentença em 17 de Junho de 2005, par. 145.

tendo em vista que buscou o interesse social, cumprindo finalidade útil e oportuna, pois estava resguardando seu território e sua soberania.

84. O artigo 21 da CADH assevera que o uso e o gozo, bem como a restrição, ao direito a propriedade deve estar subordinado à lei. Nesse sentido, o entendimento prevalecente na Corte IDH é que a lei pode até não prever todas as hipóteses possíveis em que o Estado poderá intervir na propriedade privada, entretanto, deve haver parâmetros estabelecidos em lei que legitimem esta conduta estatal e que não violem direitos. Este direito supõe que toda limitação deva ser excepcional. A excepcionalidade constitui ser que em toda medida de restrição deva ser necessária para a consecução de um objetivo legítimo em uma sociedade democrática<sup>115</sup>.

85. Ante o exposto, Clonalia está em concordância com o critério definido pela Corte, ao que o indeferimento do pedido de refúgio respeitou a Lei 715 de 1989, a Lei de Migração e Asilo da Clonalia, e a Lei de Imigração de 2009, ambas existentes previamente ao requerimento das supostas vítimas. Ademais, os assuntos ambientais não podem nem dever ser misturados com as questões de migrações<sup>116</sup>.

86. Portanto, Clonalia não violou o artigo em comento, já que não conceber propriedade as supostas vítimas, por meio de refúgio ambiental, é ato discricionário do Estado, pertencente a soberania de Clonalia, que buscou o interesse social da nação e respeitou as leis internas sobre migração.

### **3.6 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 22 DA CADH**

87. O Estado da Clonalia sustenta que respeitou integralmente o direito de circulação e de residência exposto no art. 22 da CADH, o qual se aplica a todos as pessoas que se encontram no território de um Estado, sejam elas nacionais, estrangeiras legais ou estrangeiros ilegais.

88. Os estrangeiros, entretanto, podem pertencer a diferentes categorias, dentre elas se destaca a dos refugiados, tal qual as 23 famílias da Comunidade Rural de Candela que entraram ilegalmente na Clonalia se auto intitulam. Porém, segundo o Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a Convenção de 1951 - Relativa ao Estatuto dos Refugiados e o Protocolo adicional de 1967, marcos jurídicos sobre o tema, a definição de refugiados é estritamente ligada a existência do temor de perseguição “em virtude de raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões política”<sup>117</sup>.

<sup>115</sup> Corte IDH. *Caso Caso Chaparro Álvarez y Lapo*. Julgamento em 17 de Junho de 2005, par.93.

<sup>116</sup> Conforme decisão do Ministério das Relações Exteriores da Clonalia. Caso Hipotético, parágrafo 52.

<sup>117</sup> Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, Art. 1-A. Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Cap. II, art. 6-A (ii). Protocolo adicional de 1967, Art 1º, Par. 2º.

89. Dessa maneira, é nítido o não enquadramento dos membros das famílias da República do Marsili no instituto jurídico internacional dos refugiados, já que o motivo para a saída da sua terra natal foram os desastres naturais e o desaparecimento de partes do território da ilha<sup>118</sup>, além dos problemas econômicos, não existindo o temor de perseguição por nenhum dos motivos elencados. Logo, esses indivíduos migraram para Clonalia em busca de melhores condições de vida, já que por conta dos gastos para resolver os problemas causados pelas condições ambientais adversas, o governo de Marsili reduziu investimentos em assuntos sociais como educação, saúde e programas de moradias<sup>119</sup>.

90. Assim, entende-se que esses estrangeiros que chegaram a Clonalia, não são refugiados, mas sim apenas migrantes, inclusive em situação irregular. Este Estado, então, consciente que migrantes irregulares são um grupo em situação de vulnerabilidade<sup>120</sup>, respeitou todos os seus direitos humanos e garantiu o exercício dos seus direitos tal qual deve prestar a qualquer pessoa que está no território sob sua jurisdição, sem discriminação alguma<sup>121</sup>.

91. Esta Corte, porém, ratifica que essas prerrogativas que os migrantes regulares ou irregulares possuem, não restringem o poder do Estado de tomar as atitudes cabíveis, caso essas pessoas passem a gozar de uma situação ilícita ou cometam um ato ilícito. No caso *Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana*, este Tribunal assim se manifesta: “não significa que não se possa iniciar ação alguma contra as pessoas migrantes que não cumpram o disposto no ordenamento jurídico estatal, mas devem adotar medidas adequadas (...)”<sup>122</sup>.

92. Baseado nesse entendimento, o Estado de Clonalia, levando em consideração a situação irregular dos migrantes de Marsili no país, autorizou a ordem de deportação. Nem por isso, violou o art. 22.8 da CADH, já que a deportação é um instrumento legítimo, considerando o princípio da Soberania dos Estados sobre o seu território. Nesse liame, os juízes da Corte Europeia no caso *Hirsi Jamaa e outros vs. Itália* firmou que já está bem estabelecido pelo direito internacional o direito dos Estados de controlar a entrada, a residência e a

---

<sup>118</sup> Caso Hipotético. Par.48.

<sup>119</sup> Caso Hipotético. Par. 26.

<sup>120</sup> Corte IDH. *Caso do Massacre do Povo Bello Vs. Colômbia*. Sentença de 31 de janeiro de 2006. No. 140, par. 111, e *Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador*. Sentença de 27 de junho de 2012. Serie C No. 245, par. 37

<sup>121</sup> Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Sentença de 23 de novembro de 2010. Par. 143.

<sup>122</sup> [Corte IDH. \*Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana\*. Sentença de 24 de outubro de 2012. Serie C No. 251, Par. 154.](#)

expulsão de estrangeiros.<sup>123</sup> Ou seja, admitiram a prerrogativa de os Estados estabelecerem suas políticas migratórias de acordo com seus interesses, reafirmando assim sua própria jurisprudência<sup>124</sup>.

93. Não obstante, ressalta-se mais uma vez, que esse dispositivo normativo refere-se a categoria de estrangeiros que são os refugiados, já que traz na sua redação o elemento identificador desta, que é o temor de perseguição pelos motivos elencados anteriormente, por isso, não se pode aplicar suas disposições aos personagens do caso em voga, os quais não são refugiados.

94. Este Estado realizando, novamente, um esforço para identificar o status das famílias de Candela, enfatiza a sua situação de migrantes irregulares que saíram do seu país por razões ambientais internas, não tendo como motivação a perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, a qual os autorizaria a buscar e receber asilo como determina o art. 22.7 da Convenção. A CIDH esclarece que o instituto jurídico do asilo “visa proteger os indivíduos cuja vida ou liberdade se encontram ameaçadas por atos de perseguição ou violência derivados de ações ou omissões de um Estado por conta de questões políticas”<sup>125</sup>.

95. Desta maneira, a Federação da Clonalia não violou o art. 22.7 da CADH, já que os migrantes ilegais de Marsili, repetidamente, não se enquadram nos requisitos necessários para gozarem das disposições do artigo supracitado. Este Estado entende que deve a estes migrantes irregulares respeito aos seus Direitos Humanos, como bem defende esta egrégia Corte, mas conceder aos mesmos o instituto jurídico do asilo político estaria contrariando as disposições da própria CADH.

96. Finalmente, o Estado da Federação da Clonalia após expor fielmente os fatos e demonstrar o respeito pela CADH e pelo entendimento internacional sobre o tema solicita a esta honrável Corte a recusa da demanda das supostas vítimas em relação ao artigo 22 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

### **3.7 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 26 DA CADH**

97. O Estado de Clonalia não violou o artigo 26 da CADH. Primeiramente, destacamos que há não nexos causal entre as provas empíricas e a responsabilização de Clonalia. Contudo, ainda que houvesse, segundo o entendimento<sup>126</sup> desta Corte IDH, o direito ao desenvolvimento progressivo elencado no artigo em comento vincula-se aos direitos econômicos, sociais e culturais e, neste sentido, sua plena efetividade não se dá em breve

<sup>123</sup> Corte EDH. *Caso Hirsi Jamaa e outros vs. Itália*. Sentença de 23 fevereiro 2012, par. 113.

<sup>124</sup> Por exemplo: Corte EDH. *Abdulaziz, Cabales e Balkandali vs. Reino Unido*. J. Sentença de 28 maio 1985.

<sup>125</sup> CIDH. *El asilo y su relación con crímenes internacionales*. 20 de outubro de 2000.

<sup>126</sup> Corte IDH. *Caso Acevedo Buendía y otros ("Cesantes y Jubilados de la Contraloría") Vs. Peru*. Sentença de 1 de julho de 2009. No. 198, Par. 102.

período de tempo. O Estado tem a obrigação de adotar providências e dar os meios e elementos necessários para responder as exigências de efetividade dos direitos envolvidos, sempre na medida dos recursos econômicos e financeiros de que disponha para o cumprimento do respectivo compromisso internacional adquirido.

98. Cabe destacar, ainda, que o compromisso exigido ao Estado pelo artigo 26 da CADH consiste na adoção de providências, especialmente econômicas e técnicas – e na medida dos recursos disponíveis, seja por via legislativa ou outros meios apropriados – para alcançar progressivamente a plena efetividade de certos direitos econômicos, sociais e culturais<sup>127</sup>.

99. Ante o exposto, são nítidas as ações de Clonalia em busca do desenvolvimento progressivo dos seus cidadãos, tanto em âmbito interno, quanto internacional. Em 1995 a Federação da Clonalia ratificou a UNFCCC e a Convenção sobre a Situação de Refugiados, bem como o seu Protocolo Adicional, em 1967. Além destas, a Federação da Clonalia ratificou a CADH em 01 de agosto de 1978 e aceitou a jurisdição contenciosa da Corte em 28 de junho de 1982. Além disso, Clonalia assinou a DUDH, em 1976; a CEDAW, em 1981; a Convenção nº 169 da OIT, em 1991; a CDB, em 1994; o Protocolo Adicional à CADH na área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; o Protocolo de San Salvador, em 1996; a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1998, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, em 1994; o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, em 2002; entre outros. Todas essas ratificações e assinaturas são em nome da política em prol dos direitos humanos de Clonalia, em prol da cooperação e diplomacia internacional e, portanto, em prol do desenvolvimento progressivo da Federação da Clonalia e da comunidade global. Como se percebe são atitudes reiteradas que vêm sendo tomadas há anos e que continuam a ser pensadas pelo Estado da Clonalia para as gerações futuras.

100. Avulta notar, que em outubro de 2011, a maior reserva de petróleo deste país foi encontrada na área costeira de Clonalia. A reserva foi chamada de *Square* e estima-se que esta descoberta poderá aumentar a produção de petróleo neste país em aproximadamente de 4 milhões a 12 milhões de barris por dia, a partir de 2016.

---

<sup>127</sup> Conforme Corte IDH. *Caso Acevedo Buendía y otros Vs. Peru*. Sentença de 1 de julho de 2009. No. 198, Par. 105.



101. Isso demonstra que o país está investindo em ciência e tecnologia a ponto de ter descoberto tais reservas, que, além de economicamente positivas, trarão desenvolvimento social e cultural para a nação de Clonalia, e serão mais benéficas ao meio ambiente. Contudo, os demandantes não enxergam tais ações. Assim como não estão enxergando a realidade do seu próprio país, que é o verdadeiro violador de tais direitos.

102. A República do Marsili é um país de economia em decadência; que a população vive na miséria, estimando-se que aproximadamente 1/3 de sua população viva com apenas 1 US\$ por dia e os restantes 2/3 vivam com menos de 2U\$ por dia; que sofre constantes intempéries naturais que o governo local não consegue concluir as obras de adaptações; e ter havido cortes em investimentos na educação, saúde e programas de moradia, em detrimento no aumento com gastos com despesa militar.

103. Ante o exposto, constata-se que Clonalia não viola o art. 26 da CADH, e sim Marsili. Todavia, solidários a causa dos demandantes, sugerimos que os demandantes representem à Comissão Interamericana de Direitos Humanos violação deste artigo pela parte da República de Marsili, e não Clonalia como agora o fazem.

### **3.8 DA NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 11 DO PROTOCOLO DE SAN SALVADOR**

104. O direito a um meio ambiente sadio disposto no artigo 11 do Protocolo de San Salvador é assunto sempre presente nas discussões internacionais. Em 1972 ocorreu a primeira grande reunião, a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, na qual foi aprovada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano que expõe no seu princípio 24: “Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito de cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente [...] **respeitados a soberania e os interesses de todos os Estados.**” (grifo nosso).

105. Desta forma, ressalta-se o interesse desta Federação em ratificar instrumentos internacionais importantes para a promoção da proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente, por isso aderiu a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Convenção da Diversidade Biológica, Protocolo de San Salvador e Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio e Desenvolvimento. Assim, expõe-se o espírito de cooperação a nível internacional na questão ambiental deste Estado, além do seu comprometimento com o inciso 2 (dois) do artigo supracitado.

106. É fato ainda, que o Estado da Clonalia proporciona as pessoas presentes no seu território o gozo de ótimos serviços públicos básicos, tal qual dispõe que deve ser o art. 11.1 do Protocolo de San Salvador. Situação diferente do que ocorre no Estado de Marsili, república centralizada, que não soube administrar os problemas

causados pelos fenômenos naturais que atingiram o seu território, como se percebe ao considerar que os planos de adaptação formulados por este governo para enfrentar estas adversidades não foram completados e os investimentos públicos em assuntos sociais como educação, saúde e programas de moradia só decresceram.<sup>128</sup>

Fatores que, sem dúvida, estimularam o êxodo das famílias de Candela para o Estado da Clonalia, tido como esperança de dias melhores.

107. Não obstante, importante anotar que a Clonalia vem passando por uma mudança na sua matriz energética, a partir da descoberta da reserva de Petróleo *Square*. Assim, o carvão muito mais poluente que esta outra fonte<sup>129</sup> deixou de ser utilizado o que reduzirá a emissão de gases permissivos à atmosfera. Tudo isso corrobora para o maior equilíbrio entre os interesses ecológicos e socioeconômicos, mandamento do desenvolvimento sustentável, entendimento essencial construído na ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro.

108. Desta maneira, por cumprir as orientações do art. 11 do Protocolo de San Salvador e por estar sempre e mais disposto a tomar atitudes que venham a garantir o direito ao meio ambiente sadio, o Estado da Clonalia recusa a acusação de violá-lo e requer a esta egrégia Corte que reitere esse entendimento.

### III CONCLUSÃO E PEDIDOS

109. Ante as considerações firmemente expostas, a Federação da Clonalia requer respeitosamente a essa honorável Corte Interamericana de Direitos Humanos, que:

- (I) Admita as exceções preliminares, reconhecendo a sua incompetência *ratione materiae* para julgar o art. 11 do Protocolo de San Salvador, se posicionando, da mesma forma pelo não esgotamento dos recursos internos e a proibição da fórmula da quarta instância *in casu*;
- (II) Declare, subsidiariamente, a improcedência dos pedidos formulados que têm como argumentos a violação dos artigos 5,7, 8, 13, 21, 22,26 em relação ao artigo 1.1 da CADH e artigo 11 do Protocolo de San Salvador;
- (III) Declare a falta de nexo causal entre as ações da Federação da Clonalia e as adversidades de cunho natural ocorridas na República do Marsili; e reconheça a legalidade do processo administrativo de

---

<sup>128</sup> Caso Hipotético. Par. 26.

<sup>129</sup> ONU. IPCC. Disponível em < <http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/temos-de-desistir-de-um-terco-do-petroleo-e-80-do-carvao-para-salvar-o-planeta-1681567>> acessado em 01/02/2015.

deportação das 23 famílias da Comunidade Rural de Candela realizado pelo MRE, Ministério deste Estado;

- (IV) Julgue pela não-obrigação do Estado de pagar todos os pedidos referentes a reparações, assistência médica e psicológica, bem como indenizações compensatórias a título de danos sofridos pelas supostas vítimas;
- (V) Julgue pela não-obrigação do Estado em pagar, também, gastos e custas processuais; e
- (VI) Declare a improcedência do pedido de reconhecimento público de responsabilidade internacional por parte das autoridades do Estado.